

Sayad e Ethel defendem medidas ortodoxas em vez de congelamento

por Cynthia Malta
de São Paulo

-2 DEZ 1987

GAZETA MERCANTIL

O "choque fiscal", com aumento de tarifas e impostos, aliado a um eficiente corte nos gastos de custeio da máquina administrativa do governo, é preferível à aplicação de um novo congelamento de preços como estratégia para se controlar o déficit público. No entanto, para que esse método mais ortodoxo de combate à inflação apresente resultados satisfatórios é necessário ter-se sustentação política, que hoje inexistente.

Esta é a opinião do presidente do conselho administrativo da "holding" nacional La Fonte, Miguel Ethel Sobrinho, com a qual concorda o ex-ministro do Planejamento, João Sayad, que estiveram presentes ao encerramento do V Encontro Brasileiro de Planejamento, cujo tema foi "Novo Brasil: Para Onde Vamos?", ontem em São Paulo. Eles não acreditam que o governo volte a adotar a política heterodoxa de congelamento de preços, em função da sua comprovada ineficácia. Mas defendem o aumento da arrecadação tributária, via elevação de impostos e tarifas, conjugando a uma redução dos gastos públicos para contenção do déficit.

A tendência mundial, segundo Ethel Sobrinho, é a liberação da economia, através da privatização de empresas estatais e de um fluxo mais amplo de investimentos externos, cabendo ao Estado o papel de atuar com maior ênfase na área social. "O País deve escolher qual caminho deseja seguir. O modelo mais consistente seria a opção desregulatória da economia, pois, convivemos, atualmente, com um paradoxo: defende-se a livre iniciativa e, ao mesmo tempo, cerceiam-se os investimentos com um sem-número de exigências burocráticas", disse Ethel Sobrinho, acrescentando que esta situação demonstra o alto grau de interferência do Estado.



João Sayad

Para Sayad, "a natureza da crise que estamos vivendo é política". E para solucioná-la, segundo o ex-ministro do Planejamento, é preciso "primeiro, promulgar a Constituição e definir as eleições". Com a questão política estabilizada, Sayad caminhará para a definição das regras econômicas: redução das transferências de recursos ao exterior, de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) para 2% — através da securitização da dívida, capitalização dos juros e emissão de bônus de saída de juros menores —, visando à diminuição do déficit, e um controle inicial de preços e salários para combater a inflação, que ele acredita será de 18% em janeiro do ano que vem. O próximo passo seriam o corte nos gastos públicos e o aumento de impostos. Feito isto, o déficit seria de apenas 0,4% do PIB e o crescimento produtivo atingiria a taxa de 5% do PIB, garantiu Sayad.

"A crise, que se aprofunda, pode acabar com a transição democrática", observou o ex-secretário da Agricultura de São Paulo, Gilberto Dupas, que prevê um "quadro de recessão mais aberto no primeiro trimestre de 1988", apesar de notar que em ano eleitoral, normalmente, não existe recessão.